

Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados do Noroeste de Mato Grosso e
Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre**

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre
- Sicredi Noroeste MT e Acre
Araputanga - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 28P015199/O-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à mudança da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	31.639	28.935
Carteira de Crédito *	285.086	246.389
Depósitos	192.094	155.260
Patrimônio Líquido	106.841	106.326
Capital	50.953	47.807
Resultado Antes das Destinações	21.077	23.105
Rentabilidade do PL	19,73%	21,73%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		338.277	334.418	CIRCULANTE		218.054	199.894
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	12.817	10.914	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	82.092	64.153
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		115.487	129.350	Depósitos à Vista		77.673	55.681
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		2	5	Depósitos a Prazo		4.419	8.472
Correspondentes no país		513	271	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		73.177	65.637
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	114.972	129.074	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		16	15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	189.667	177.641	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	73.161	65.622
Operações de Crédito		200.585	190.384	RELACÕES INTERDEPENDÊNCIAS		688	632
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(10.918)	(12.743)	Recursos em Trânsito de Terceiros		688	632
OUTROS CRÉDITOS		18.263	14.391	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	28.175	44.636
Créditos por Avais e Fianças Honrados		281	65	Empréstimos País - Outras Instituições		28.175	44.636
Rendas a Receber		1.315	1.202	OUTRAS OBRIGAÇÕES		33.922	24.836
Diversos	(NOTA 07)	17.237	13.389	Cobrança e Arrecadação de Tributos		89	31
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(570)	(265)	Sociais e Estatutárias		3.112	2.392
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	2.043	2.122	Fiscais e Previdenciárias		775	636
Outros Valores e Bens		2.047	2.168	Diversas	(NOTA 14)	29.946	21.777
(Provisão para desvalorização)		(97)	(161)				
Despesas Antecipadas		93	115				
NÃO CIRCULANTE		86.727	40.922	NÃO CIRCULANTE		100.624	88.253
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		86.727	40.922	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		100.624	88.253
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	2.255	1.313	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	73.168	67.463
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.255	1.313	Depósitos a Prazo		73.168	67.463
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	56.722	15.563	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	6.741	602
Operações de Crédito		62.284	17.862	Repasses Interfinanceiros		6.741	602
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(5.562)	(2.299)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	20.715	20.188
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	164	125	Empréstimos País - Outras Instituições		20.715	20.188
Diversos		186	127				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(22)	(2)				
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	10.115	10.115	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		106.326	87.193
Outros Investimentos		10.115	10.115	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	47.807	42.073
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	13.465	9.979	De Domiciliados no País		47.978	42.155
Imóveis de Uso		2.808	2.157	(Capital a Realizar)		(171)	(82)
Outras Imobilizações de Uso		16.940	12.594	RESERVAS DE SOBRAS		54.759	39.248
(Depreciação acumulada)		(6.283)	(4.772)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		3.760	5.872
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	4.006	3.827				
Outros Ativos Intangíveis		7.627	6.497				
(Amortização acumulada)		(3.621)	(2.670)				
TOTAL DO ATIVO		425.004	375.340	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		425.004	375.340

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	35.299	-	35.299	68.821	-	68.821	65.529	3	65.532
Operações de Crédito	35.231	-	35.231	68.680	-	68.680	65.386	3	65.389
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	68	-	68	142	-	142	143	-	143
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(1)	-	(1)	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(11.840)	(542)	(12.382)	(24.981)	(1.105)	(26.086)	(33.824)	(758)	(34.582)
Operações de Captação no Mercado	(3.010)	(12)	(3.022)	(7.221)	(21)	(7.242)	(9.400)	(16)	(9.416)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.965)	(530)	(5.495)	(11.502)	(1.084)	(12.586)	(10.943)	(742)	(11.685)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvídosa	(3.865)	-	(3.865)	(6.258)	-	(6.258)	(13.481)	-	(13.481)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	23.459	(542)	22.917	43.840	(1.105)	42.735	31.705	(755)	30.950
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(15.262)	2.108	(13.154)	(24.180)	4.103	(20.077)	(16.314)	3.833	(12.481)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.478	5.032	8.510	6.395	9.292	15.687	4.766	7.146	11.912
Rendas de Tarifas Bancárias	3.088	-	3.088	6.056	-	6.056	5.706	-	5.706
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(10.950)	(1.194)	(12.144)	(21.467)	(2.104)	(23.571)	(18.005)	(1.289)	(19.294)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(9.938)	(1.186)	(11.124)	(19.193)	(2.039)	(21.232)	(15.243)	(1.394)	(16.637)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(21)	(254)	(275)	(59)	(470)	(529)	(97)	(364)	(461)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	6.612	205	6.817	17.610	263	17.873	21.526	329	21.855
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(7.531)	(495)	(8.026)	(13.522)	(839)	(14.361)	(14.967)	(595)	(15.562)
RESULTADO OPERACIONAL	8.197	1.566	9.763	19.660	2.998	22.658	15.391	3.078	18.469
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	195	8	203	430	17	447	2.352	5	2.357
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	8.392	1.574	9.966	20.090	3.015	23.105	17.743	3.083	20.826
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	503	503	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	296	296	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	207	207	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	8.392	2.077	10.469	20.090	3.015	23.105	17.743	3.083	20.826
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.015	(3.015)	-	3.083	(3.083)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	8.392	2.077	10.469	23.105	-	23.105	20.826	-	20.826
DESTINAÇÕES	-	-	-	(19.345)	-	(19.345)	(14.954)	-	(14.954)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.303)	-	(4.303)	(3.145)	-	(3.145)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.880)	-	(1.880)	(1.468)	-	(1.468)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(13.162)	-	(13.162)	(7.340)	-	(7.340)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(1.001)	-	(1.001)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	-	-	-	(2.000)	-	(2.000)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	3.760	-	3.760	5.872	-	5.872

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	35.018	27.657	5.096	67.771
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.226	-	(3.172)	(1.946)
Destinações para reservas	-	1.250	(1.250)	-
Outras destinações	-	-	(674)	(674)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.672	-	-	4.672
Baixas de capital	(1.902)	-	-	(1.902)
Resultado do período	-	-	20.826	20.826
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.468)	(1.468)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.340	(7.340)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.059	-	(3.145)	(86)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.001	(1.001)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	2.000	(2.000)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	42.073	39.248	5.872	87.193
Mutações do Período	7.055	11.591	776	19.422
Saldos no início do período em 01/01/2017	42.073	39.248	5.872	87.193
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.437	-	(2.862)	(1.425)
Destinações para reservas	-	2.349	(2.349)	-
Outras destinações	-	-	(661)	(661)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.023	-	-	3.023
Baixas de capital	(2.896)	-	-	(2.896)
Resultado do período	-	-	23.105	23.105
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.880)	(1.880)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.162	(13.162)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.170	-	(4.303)	(133)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	47.807	54.759	3.760	106.326
Mutações do Período	5.734	15.511	(2.112)	19.133
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	43.292	41.597	12.636	97.525
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.878	-	-	1.878
Baixas de capital	(1.533)	-	-	(1.533)
Resultado do período	-	-	10.469	10.469
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.880)	(1.880)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.162	(13.162)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.170	-	(4.303)	(133)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	47.807	54.759	3.760	106.326
Mutações do Período	4.515	13.162	(8.876)	8.801

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO EXERCÍCIO	12.646	26.648	21.117
Resultado do exercício	10.469	23.105	20.826
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.177	3.543	291
(Reversão) Provisão para operações de crédito	1.443	1.438	(547)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	76	(64)	135
Provisão para desvalorização de outros créditos	288	325	123
Depreciação do imobilizado de uso	1.135	1.958	1.424
Amortização do intangível	469	951	573
Baixas do ativo permanente	562	607	74
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	180	65	(131)
Destinações ao FATES	(1.880)	(1.880)	(1.468)
Dividendos SicrediPar	(96)	143	109
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(59.159)	(29.574)	26.563
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(868)	(942)	(1.261)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.477	3	(2)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(135)	(242)	192
(Aumento) Redução em operações de crédito	(48.235)	(54.624)	14.819
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	9.771	13.679	(7.450)
(Aumento) em outros créditos	(1.412)	(4.380)	(1.568)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	15	143	(1.531)
Aumento (Redução) em depósitos	(13.309)	23.644	1.428
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	37	57	(327)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(19.082)	(15.933)	17.500
Absorção de dispêndios pelo FATES	(479)	(2.183)	(1.743)
Aumento em outras obrigações	12.061	11.204	6.506
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(46.513)	(2.926)	47.680
Aquisição de Investimentos	-	-	(1.043)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.533)	(6.052)	(2.547)
Aplicações no Intangível	(656)	(1.130)	(1.108)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.189)	(7.182)	(4.698)
Integralização de capital	1.878	3.023	4.672
Baixa de capital	(1.533)	(2.896)	(1.902)
Juros ao capital próprio	(133)	(133)	(86)
Distribuição de Sobras	-	(2.086)	(2.620)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	212	(2.092)	64
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(49.490)	(12.200)	43.046
Caixa e equivalente de caixa no início do período	177.279	139.989	96.942
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	127.789	127.789	139.988

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 29/01/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor visualização da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(35.306)	724	(34.582)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.205)	724	(13.481)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(16.887)	250	(16.637)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(14.588)	(974)	(15.562)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 25 de janeiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

I) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	12.817	10.914
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	114.972	129.074
Total	127.789	139.988

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.255	1.313
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.255	1.313
Total realizável a longo prazo	2.255	1.313

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	104.705	44.232	148.937	117.750
Financiamentos	22.256	11.265	33.521	22.300
Financiamentos rurais e agroindustriais	73.624	6.787	80.411	68.196
Carteira total	200.585	62.284	262.869	208.246

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	281	-	281	65
Devedores por compra de valores e bens	166	185	351	175
Títulos e créditos a receber (i)	13.430	1	13.431	9.545
Total	13.877	186	14.063	9.785

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	124.420	110.603	622	553
Nível B	1,00	58.632	37.056	586	371
Nível C	3,00	64.335	42.125	2.095	1.264
Nível D	10,00	11.538	9.196	1.154	920
Nível E	30,00	6.255	7.078	1.877	2.123
Nível F	50,00	1.482	2.926	741	1.462
Nível G	70,00	911	1.436	638	1.005
Nível H	100,00	9.359	7.611	9.359	7.611
Total (i)		276.932	218.031	17.072	15.309

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017			2016
		A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	3.368	38.658	56.427	41.959	140.412
Rural	266	12.673	60.685	6.787	80.411
Industrial	37	958	1.622	1.332	3.949
Comércio	328	18.401	12.644	8.987	40.360
Outros Serviços	322	4.543	3.530	3.405	11.800
Total	4.321	75.233	134.908	62.470	276.932
					218.031

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	23.301	8,41	23.226	10,65
50 devedores seguintes	45.496	16,43	40.367	18,51
100 devedores seguintes	39.559	14,28	32.028	14,69
Demais	168.576	60,87	122.410	56,14
Total	276.932	100	218.031	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	15.309	15.733
Constituição de provisão	6.258	13.481
Movimentação de baixados para prejuízo	(4.495)	(13.905)
Saldo final	17.072	15.309

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.711 (2016 - R\$ 2.244), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 19.987 (2016 - R\$ 3.506).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	80	76
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.802	1.961
Devedores por compra de valores e bens	166	49
Devedores por depósitos em garantia	388	301
Impostos e contribuições a compensar	461	446
Títulos e créditos a receber	13.430	9.544
Valores honrados	77	262
Cotas de consórcio	433	225
Operações com cartões	46	26
Pendências a regularizar	99	12
Outros	255	487
Total Circulante	17.237	13.389

Devedores por compra de valores e bens	185	126
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	186	127

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	2.047	2.168
Imóveis	1.422	1.276
Veículos e afins	204	778
Máquinas e equipamentos	196	-
Bens em regime especial	225	114
Despesas antecipadas	93	115
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(97)	(161)
Total Circulante	2.043	2.122

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 97 (2016 - R\$ 161) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	4.801	4.801
Sicredi Participações S.A.	5.313	5.313
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	10.115	10.115

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	1.724.034 ON	1.724.034 ON	1	1	4.800.956	4.800.956
	3.589.125 PN	3.589.125 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,61%	0,61%	0,61%	0,63%	4,09%	4,09%
Capital social	874.847	869.279	164	165	117.452	117.452
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	122.876	122.111
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	654	500
Valor do investimento	5.313	5.313	1	1	4.801	4.801

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	19.748	(6.283)	13.465	9.979
Imobilizações em curso	-	206	-	206	1.763
Terrenos	-	355	-	355	355
Edificações	4%	2.453	(638)	1.815	1.239
Instalações	10%	6.343	(1.764)	4.579	2.673
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.761	(1.150)	3.611	1.899
Sistema de comunicação	10%	214	(59)	155	147
Sistema de processamento de dados	20%	4.322	(2.273)	2.049	1.428
Sistema de segurança	10%	300	(89)	211	119
Sistema de transporte	20%	794	(310)	484	356
Intangível (i)		7.627	(3.621)	4.006	3.827
Investimentos Confederação		7.627	(3.621)	4.006	3.827
Total		27.375	(9.904)	17.471	13.806

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	77.673	-	-	77.673	55.681
Depósitos a prazo	3.444	975	73.168	77.587	75.935
Total	81.117	975	73.168	155.260	131.616

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	73.161	65.622
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	73.161	65.622
Total circulante	73.161	65.622

Recursos do Crédito Rural	6.741	602
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	6.741	602
Total exigível a longo prazo	6.741	602

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 14,25% a.a. com vencimentos até 07/07/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	28.175	44.636
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	2.368	2.165
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	20.307	-
Outras instituições	5.500	42.471
Total circulante	28.175	44.636

Empréstimos no país - outras instituições	20.715	20.188
Outras instituições	20.715	20.188
Total exigível a longo prazo	20.715	20.188

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,16% a.m. com vencimento até 15/11/2020.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	4.344	3.366
Obrigações por convênios oficiais	9	-
Provisão para pagamentos a efetuar	5.409	4.345
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	344	279
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	4.194	3.000
Pendências a regularizar	31	41
Operações com cartões	13.211	9.091
Demais fornecedores	499	396
Credores diversos	1.905	1.259
Total circulante	29.946	21.777

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	112	43	(72)	83
Cível	167	157	(63)	261
Total	279	200	(135)	344

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	83	112
Cível	Provável	261	167
Total		344	279

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 21 e R\$ 118 (2016 - R\$ 150 e R\$ 251), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	47.807	42.073
Total de associados	28.935	29.405

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 5.734 (2016 – R\$ 7.055), sendo R\$ 5.607 (2016 – R\$ 4.285) via integralização de resultados e R\$ 3.023 (2016 – R\$ 4.672), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.896 (2016 – R\$ 1.902).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.303, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 10% para o FATES.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2017 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 600 (R\$ 2.600 em dezembro de 2016), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos iuros sobre capital próprio	23.105	20.826
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(9.704)	(8.747)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	34	15
Provisão PPR	63	19
Receita com atos cooperativos	8.438	7.452
Juros sobre capital próprio	1.807	1.321
Outros	(638)	(60)
Subtotal	9.704	8.747
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.255	1.313
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	114.972	129.074
Outros Créditos - Rendas a receber	1.049	770
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.768	1.946
Despesas antecipadas (Nota 08)	38	24
Investimentos (Nota 09)	10.115	10.115
Intangível (Nota 10)	4.006	3.827
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	79.902	66.224
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	48.890	64.824
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	13.042	8.807
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	142	143
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	6.335	3.640
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	14.361	15.182
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	600	2.600
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	12.586	11.685
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.155	1.069
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 22)	8.105	7.175

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	187	0,24%	257
Depósitos a prazo	189	0,24%	374
Operações de crédito	3.292	1,25%	4.055

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.700	2.268

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	735	668
Despesa de aluguéis	1.857	1.234
Despesa de comunicação	1.223	867
Despesa de manutenção e conservação	1.463	979
Despesa de material	450	316
Despesa processamento dados	381	261
Despesa de promoções e relações públicas	1.696	1.538
Despesa de propaganda e publicidade	252	167
Despesa de seguro	165	65
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.508	1.358
Despesa de serviços de terceiros	697	614
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.024	792
Despesa de serviços de técnicos especializados	940	1.089
Despesa de serviços de transpostes	1.937	1.751
Despesa de viagem	630	507
Outras despesas administrativas	6.274	4.431
Total	21.232	16.637

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	475	1.434
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	14.000	14.491
Reversão de provisões operacionais	942	3.602
Outras rendas operacionais	2.456	2.328
Total	17.873	21.855

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.812	1.157
Contribuição O.C.E.	121	104
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	578	686
Contribuição Confederação Sicredi	4.720	3.788
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.064	1.007
Encargos da administração financeira	78	81
Repasso administradora de Cartões	455	467
Depreciação e amortização	951	579
Outras provisões operacionais	2.252	4.921
Outras despesas operacionais	2.330	2.772
Total	14.361	15.562

NOTA 23 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	151.319	113.821
Total	151.319	113.821

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	103.552	85.425
Nível I (NI)	103.552	85.425
Capital principal - CP	103.552	85.425
Capital social	47.807	42.073
Reservas de capital	54.759	39.248
Lucros acumulados	3.760	5.872
Ajustes Prudenciais	(2.774)	(1.769)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	464.637	370.721
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.162	364
Margem de Capital (i)	53.603	48.452
Índice de Basileia (PR / RWA)	22,29%	23,04%
Situação de Imobilização (Imob)	14.699	12.038
Índice de Imobilização (Imob / PR)	14,19%	14,09%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Ediano Jose Neves
Diretor Executivo
CPF: 770.239.191-04

Luciano Pereira de Andrade
Diretor de Operações
CPF: 496.207.031-20

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20